

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2181/2024-PGJ, DE 8.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.5.2024, os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, Ceti; Antonio André David Medeiros e Élcio Félix D'Angelo, Assessores Especiais do Corregedor-Geral do Ministério Público; Bianka Karina Barros da Costa, Secretária-Geral; Douglas Silva Teixeira; Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Supervisor de Planejamento Estratégico; e Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, bem como os servidores Anderson Miranda, André Luiz Pasquali, Andréia Fernandes Francischini, Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, Frederick Werner Castellani Viacek, Gustavo Rocha Lobato, Italo Felipe de Matos, Jean Augusto Fialho Ajala, Jorge Antonio Arantes Vilela, Kelli Cristina de Oliveira, Lucas Martinez Santos, Murillo Andrade Yazbek, Myrian Raquel Rodrigues da Silva e Widya Carla Ribeiro da Fonseca Oshiro, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem o Comitê Executivo do SAJMP.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2259/2024-PGJ, DE 9.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais dos Contratos nºs 16/PGJ/2024 e 17/PGJ/2024, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 3.1) Suplente – Dantiele Cordeiro de Freitas Queiroz, Assessora Técnica em Redes (PGA nº 09.2023.00010419-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2134/2024-PGJ, DE 7.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos dos artigos 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011; e 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012:

SERVIDOR(A)	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Rafael Ademar Lemos de Moura	2º	15.4.2024
Ronaldo Guimarães de Ávila Júnior	2º	16.4.2024
Suellen Ribeiro Dias	3º	13.4.2024

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2273/2024-PGJ, DE 10.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Juliana Santos Amaral, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 6 a 15.5.2024, em razão de afastamento da servidora Laura Aparecida Soares Pedroso, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2274/2024-PGJ, DE 10.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Renato Teiji Yamamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 42ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 3 a 12.6.2024, em razão de afastamento da servidora Natalia Arima Xavier Castro, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2297/2024-PGJ, DE 10.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução n° 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Promotoria de Justiça de Eldorado, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Iguatemi e à 1ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, em 6 e 7.5.2024, em razão de afastamento do servidor Marcos Andraos Mokayad Ferro, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO N° 012/PGJ/2024**

Processo n° 09.2024.00001654-9

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS ABNT, representada por **Mario William Esper**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Objeto: Fornecimento e gerenciamento de coleção de normas técnicas para atender demandas da Secretaria de Obras e Engenharia.

Valor total anual: R\$ 5.881,10 (cinco mil oitocentos e oitenta e um reais e dez centavos), nos termos da Nota de Empenho n° 2024NE001731, datada de 07.05.2024.

Vigência: 1º.08.2024 a 1º.08.2025.

Data de assinatura: 13 de maio de 2024.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N° 020/PGJ/2024

Processo n° 09.2024.00000042-4

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- ROMILTON ALVES DE SOUZA.

Procedimento licitatório: Dispensa, nos termos do inciso II do artigo 75 da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021

Amparo legal: Artigo 124, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal n° 14.133 de 1º de abril de 2021.

Objeto: Alteração da periodicidade prevista na Cláusula Primeira da Carta-Contrato, para que passe a constar que o serviço será executado trimestralmente e da Cláusula Quarta, para que onde consta “valor estimado mensal”, passe a constar “valor estimado trimestral”.

Vigência: 06.05.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 6 de maio de 2024.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/PGJ/2019**

Processo nº 09.2023.00000325-0

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 – **GUSTAVO FARIA DE OLIVEIRA**, representado por **Leandro Henrique Paleari**;

Procedimento licitatório: Dispensa, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigos 3º e 51 da Lei nº 8.245/91, e artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1.993.

Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 033/PGJ/2019, por mais 60 (sessenta) meses.

Valor mensal do Contrato: R\$ 2.681,96 (dois mil seiscentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos).

Vigência: 28.05.2024 até 28.05.2029.

Data de assinatura: 9 de maio de 2024.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2024NE001800 DE 10.05.2024 DO PROCESSO 09.2024.00002542-6

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Flex Office Comércio de Produtos para Escritório Ltda.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 065/SAD/2023, do Pregão Eletrônico nº 0004/2023 – SAD.

Objeto: Aquisição de mobiliários de escritórios.

Valor: R\$ 1.321.837,00 (um milhão trezentos e vinte um mil oitocentos e trinta e sete reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE001800, datada de 10.05.2024.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 09.2023.00008144-7

Amparo legal: Artigo 74, inciso V e § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: EUCILEIDE SERAFIM DE SOUZA.

Valor: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE001810, datada de 10.05.2024, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Locação do imóvel situado na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1564, lote 2, quadra 142, centro, na cidade de Anastácio/MS, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Anastácio/MS, com área de 360,00 m², e construção de 146,24 m².

Justificativa: O caso em apreço se encaixa na situação de inexigibilidade, uma vez que foi demonstrado nos autos tratar-se de única solução apta a atender a demanda deste Ministério Público, assim como ao interesse público diante do efetivo melhoramento do espaço físico para o atendimento da população daquela comarca.

Ratifica: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 10 de maio de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0044/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00047758-0 em que constam como investigado Mateus Di Santi Andrade e vítima B. P. D. S. conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 10 de maio de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**APARECIDA DO TABOADO****EDITAL Nº 003/2024/02PJ/ATD**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº. 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00004858-8

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Objeto: *Formalizar o acompanhamento das inspeções realizadas na instituição de longa permanência para idosos de Aparecida do Taboado (Lar Vicente Marques de Queiroz) no ano de 2024.*

Aparecida do Taboado/MS, 10 de maio de 2024.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO
Promotora de Justiça.

CORUMBÁ**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0003897-12.2017.8.12.0008 - Autos SAJ/MP nº. 08.2017.00205690-9, em que constam como investigado(a/s) "a apurar" e vítima(s) Vicente Paes de Barros Neto, aos familiares/representantes legais deste, conforme se transcreve: **"ANTE O EXPOSTO, fundamentalmente por inexistir indícios suficientes de autoria, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público promove o arquivamento do presente inquérito policial."**

Corumbá/MS, 10 de maio de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0006077-69.2015.8.12.0008 - Autos SAJ/MP n.º. 08.2017.00119877-7, em que constam como investigado(a/s) José Carlos da Silva e vítima(s) Donizete Ciríaco de Oliveira, aos familiares/representantes legais deste, conforme se transcreve: **"ANTE O EXPOSTO, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente inquérito policial"**.

Corumbá/MS, 13 de maio de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0003502-88.2015.8.12.0008 - Autos SAJ/MP n.º. 08.2017.00121193-1, em que constam como investigado(a/s) "a apurar" e vítima(s) Flávio Fernandes da Silva, aos familiares/representantes legais deste, conforme se transcreve: **"ANTE O EXPOSTO, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente inquérito policial"**.

Corumbá/MS, 13 de maio de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0005912-90.2013.8.12.0008 - Autos SAJ/MP n.º. 08.2017.00130176-3, em que constam como investigado(a/s) José Carlos de Souza Pinto e vítima(s) Alexssandro dos Santos, conforme se transcreve: **"ANTE O EXPOSTO, e fundamentalmente por inexistir comprovação da materialidade, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público promove o arquivamento dos autos."**

Corumbá/MS, 13 de maio de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.



DOURADOS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, **comunica**, para fins de conhecimento e ciência¹, CLEONICE DA SILVA RAMOS, da decisão de arquivamento do inquérito policial autos nº 0012381-97.2018.8.12.0002 – n. do MP: 08.2018.00216168-0, em que constam como investigados Silvia Helena da Conceição e José Carlos da Conceição e vítima Cleonice da Silva Ramos, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual arquivou o presente feito, nos insopitáveis termos do art. 129, I da Carta Política e do art. 28 do Código de Processo Penal, ante a falta de justa causa para a promoção da ação penal”.

4ª Promotoria de Justiça de Dourados, 10 de maio de 2024.

JOÃO LINHARES
Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EXTRATO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Eliandro Azevedo Martinez, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº. 0900250-69.2023.8.12.0041, conforme se transcreve: “Ante o exposto, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento do presente inquérito policial, com as cautelas do artigo 18, do Código de Processo Penal, haja vista a insuficiência de provas para embasar o oferecimento de denúncia e instauração do devido processo legal”.

Ribas do Rio Pardo, 02 de maio de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

EXTRATO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Suzano SA, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº. 0900230-78.2023.8.12.0041, conforme se transcreve: “Ante o exposto, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento do presente inquérito policial, com as cautelas do artigo 18, do Código de Processo Penal, haja vista a insuficiência de provas para embasar o oferecimento de denúncia e instauração do devido processo legal”.

Ribas do Rio Pardo, 02 de maio de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

¹ Art. 6º (...) se houver discordância quanto à decisão de arquivamento, a vítima ou seu representante legal, nos termos do art. 28, § 1º, do CPP, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação ou da publicação do edital no DOMP, apresentar pedido de revisão perante o Ministério Público mediante simples petição ou manifestação de vontade, independentemente de estar assistida por advogado ou Defensor Público, sendo facultada a apresentação, no mesmo prazo, das razões de seu inconformismo.

**EXTRATO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Nildo Taveira, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº. 0900018-23.2024.8.12.0041, conforme se transcreve: "*Ex positis*, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento dos presentes autos nos termos dos artigos 18 e 28 do CPP ante a ausência de autoria".

Ribas do Rio Pardo, 02 de maio de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

EXTRATO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Corus Agroflorestal, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº. 0900048-58.2024.8.12.0041, conforme se transcreve: "*Ex positis*, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento dos presentes autos nos termos dos artigos 18 e 28 do CPP, ante a ausência de autoria".

Ribas do Rio Pardo, 02 de maio de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

EXTRATO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Macplan Terraplanagem E Locacoes Ltda, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº. 0900231-63.2023.8.12.0041, conforme se transcreve: "Ante o exposto, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento do presente inquérito policial, com as cautelas do artigo 18, do Código de Processo Penal, haja vista a insuficiência de provas para embasar o oferecimento de denúncia e instauração do devido processo legal".

Ribas do Rio Pardo, 13 de maio de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

TERENOS**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº. 0000219-27.2021.8.12.0047, em que consta como vítima Narcizo Ferreira da Silva Filho, conforme se transcreve: "Não havendo nos autos elementos de convicção suficientes que remetam a identificação da autoria do crime, o Ministério Público pugna pelo arquivamento do presente inquérito policial, com fundamento no artigo 395, inciso I do Código de Processo Penal, sem prejuízo do estatuído em seu artigo 18."

Terenos-MS, 09 de maio de 2024

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça